



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS DESTINADA À APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO 3º QUADRIMESTRE DE 2015.

Aos dois dias do mês de março de 2016, às dez horas e trinta minutos, no Plenário da Câmara Legislativa, o Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Agaciel Maia, declara aberta a Audiência Pública desta Comissão destinada à apresentação do Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2015. O Presidente explica que a presente Audiência visa atender ao disposto no art. 8º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal e convida para tomar assento à mesa o Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Fazenda do Distrito Federal, Dr. João Antônio Fleury Teixeira e a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, Dra. Leany Barreiro de Sousa Lemos. Antes de passar a palavra ao Secretário de Fazenda, o Presidente informa que, após as apresentações, será concedido espaço para perguntas dos Parlamentares membros da CEOF e, depois, para os demais Deputados presentes na Audiência. Ao iniciar sua fala, o Secretário cumprimentou todos os presentes, informou que, além da questão de natureza legal, considera fundamental que o GDF possa prestar contas das realizações nas áreas orçamentária e financeira, particularmente no seu primeiro ano de governo, dando transparência a todos os números e permitindo à Câmara, como representante da sociedade, acompanhar e fiscalizar suas atividades, em especial aquelas relacionadas às Secretarias da Fazenda e de Planejamento, Orçamento e Finanças. Na sequência, iniciou a apresentação com o balanço orçamentário da receita, comparando a previsão com a real arrecadação, tanto para o período de 2015 como para 2014; destacou a mudança na contabilização da receita do Fundo Constitucional relacionada com as áreas da saúde e educação; mostrou os números previstos e reais das receitas tributárias, explicando que a frustração de arrecadação é um reflexo da realidade econômica brasileira e exige do gestor a adoção de medidas de contenção; detalhou as receitas de capital, o balanço orçamentário da despesa e o resultado primário, que foi deficitário em 2 bilhões, 525 milhões. Para reduzir esse déficit, o governo utilizou recursos que seriam transferidos para o IPREV, na forma do Projeto de Lei aprovado pela Câmara Legislativa, e as receitas do REFIS que foram pagas à vista, chegando ao valor de 1 bilhão, 535 milhões. Com relação ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Secretário informou que, mesmo com a utilização dos recursos do IPREV, o indicador ficou em 46,78%, menor do que o apurado em dezembro de 2014, mas acima do limite prudencial, que é de 46,55%. Com isso, o GDF fica impedido de contratar pessoal e de aumentar despesas que não estejam previstas na LRF. O Secretário informou que o percentual de manutenção do desenvolvimento do ensino, que deve ser no mínimo de 25%, foi ultrapassado com folga pela GDF, que alcançou 28,26%, cumprindo neste quesito, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Também com relação ao Fundo de Manutenção do Desenvolvimento da Educação Básica foi cumprida integralmente a legislação, da mesma forma na área da saúde, onde os percentuais definidos em lei foram atingidos. Com relação à dívida pública consolidada, o Secretário informou que há um limite legal para endividamento de até 200% da receita corrente líquida, mas o



GDF chegou a 25,23%, muito abaixo do permitido, com o valor de 4 bilhões, 657 milhões, 950 mil em 31 de dezembro de 2015. Ao encerrar sua fala, o Secretário apresentou um quadro comparativo com todos os indicadores e variações mais importantes e significativos abordados em sua explanação. Antes de passar a palavra para a Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão, o Deputado Agaciel Maia registrou a presença do Deputado Chico Vigilante. Em sua fala inicial, a Dra Leany cumprimentou o Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças pelo ótimo trabalho realizado em 2015 e declarou que espera continuar mantendo o excelente diálogo com a Câmara Legislativa e com a CEOF, especialmente nas questões financeiras e orçamentárias. Explicou que sua apresentação vai tratar da evolução dos acontecimentos do ano anterior e das principais medidas que foram tomadas pelo governo na resolução dos problemas identificados. Abordou a questão das despesas de exercícios anteriores, cujo diagnóstico no início do ano era de 6 bilhões e meio a serem resolvidos ao longo do ano; citou as gestões feitas, inclusive com a participação da Câmara Legislativa, para ajudar na resolução dos problemas, tais como autorização para utilização dos recursos do IPREV, reprogramação orçamentária de praticamente todas as unidades do Distrito Federal, REFIS e medidas de contenção de despesas como redução em viagens, eventos, aluguéis, informática, área de telecomunicações, transporte e redução de cargos comissionados. Todas essas ações ajudaram a melhorar a situação no final do ano passado e hoje, segundo a Secretária, ainda há ao redor de 3 bilhões de reais a serem resolvidos. Analisou a frustração das receitas; as despesas de pessoal; a evolução do transbordo com relação às transferências do Fundo Constitucional; a reestruturação das secretarias, ação que gerou uma economia de 15% para o governo; redução significativa nas despesas gerenciáveis, a saber: 96% em festividades e homenagens; 90% em exposições, congressos, passagens para o exterior; 80% em materiais para manutenção de bens e consumo; 76% em publicidade e propaganda; 63% em diárias; 59% em publicidade e propaganda de utilidade pública e 56% em material de limpeza e higienização. Além disso, o corte nos cargos comissionados gerou uma redução de 52% em comparação com 2014; a redução no número de veículos alugados, no consumo de gasolina, a transferência de secretarias para o Estádio Mané Garrincha, todas essas ações ajudaram na redução do custeio. A Secretária afirmou que espera-se uma economia de cento e setenta milhões de reais ao longo de quatro anos com a implementação do novo modelo de compras adotado pelo governo. Para o fechamento das contas em 2015, o governo também precisou adotar medidas impopulares, tais como os aumentos no transporte público, no Zoológico e nos restaurantes comunitários. A Secretária afirmou que nas principais questões, o Governo do Distrito Federal conseguiu chegar ao final do ano com equilíbrio fiscal, que a meta é melhorar a arrecadação, não por via de aumento de tributos, mas por eficiência; que o cenário não é positivo, mas que o Distrito Federal possui características que podem minimizar as dificuldades. Finalizadas as apresentações, o Deputado Agaciel Maia registrou a presença do Deputado Rafael Prudente, Vice-Presidente da CEOF. Fizeram uso da palavra para indagações, comentários e sugestões os Deputados Agaciel Maia, Chico Vigilante e Wasny de Roure, todos



respondidos e esclarecidos pelos Secretários presentes. O Presidente Agaciel Maia reafirmou que a presente Audiência visa atender ao disposto no art. 8º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, chamou atenção para a participação brilhante dos Deputados Chico Vigilante e Wasny de Roure, agradeceu a todos os presentes, em especial ao Dr. Fleury e à Dra Leany, e às doze horas e vinte e oito minutos, nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a presente Audiência Pública da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Eu, Leonira Bernardes Paulino, _____, Secretária desta Comissão, lavro a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente.

Deputado Agaciel Maia
Presidente

PUBLICADO NO DCL DE Nº 90, DO DIA 18/05/16, PÁG. 22 À 24